



“El gran rio Marañon o Amazonas con la Mission de la Compañia de Iesus”. Samuel Fritz. 1707, fotografia (detalhe).

*Nuevo descubrimiento del gran
Río de las Amazonas (1641),
de Cristóbal de Acuña,
e Viagem (1746), de
Pedro de Santo Eliseu:*
história, poesia e política sobre
o Rio das Amazonas

Marcelo Lachat

Doutor em Literatura Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Departamento de Letras e do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Autor do livro *Saudades de Lídia e Armido, poema atribuído a Bernardo Vieira Ravasco: estudo e edição*. São Paulo: Alameda, 2018. marlachat@hotmail.com

¹ Como salienta Alcir Pécora, “os diferentes gêneros retórico-poéticos dos vários textos [dos séculos XVI a XVIII] não são formas em que se vazam conteúdos externos a elas, mas determinações convencionais e históricas constitutivas dos sentidos verossímeis de cada um desses textos”. PÉCORA, Alcir. *Máquina de gêneros: novamente descoberta e aplicada a Castiglione, Della Casa, Nóbrega, Camões, Vieira, La Rochefoucauld, Gonzaga, Silva Alvarenga e Bocage*. 2. ed. São Paulo/Campinas: Editora da USP/Editora da Unicamp, 2018, p. 11.

² O título desse poema épico é bastante longo: *Viagem – que por ordem de Sua Majestade, que Deus guarde, mandou fazer o governador e capitão-general deste Estado do Maranhão e do Grão-Pará, Cristóvão da Costa Freire, Senhor de Pancas, pelo sargento-mor Pascoal de Lima no ano de 1714 a Nova Cartagena, a repor os castelhanos que se tinham aprisionado antes, governando o mesmo senhor na era de 1709, e foram repostos distante da cidade do Grão-Pará 1250 léguas pelo Rio das Amazonas acima na mesma Província de Cartagena*.

³ TORRES, Milton. *A epopeia amazônica de frei Pedro de Santo Eliseu: Viagem (1746)*. São Paulo/Belém: Editora da USP/Editora da UFPA, 2015.

⁴ Adota-se, neste trabalho, a noção de “representação” que Roger Chartier indica ser pertinente às sociedades de Antigo Regime, ocupando nelas um lugar central: “As definições antigas do termo (por exemplo, a do dicionário de Furetière) manifestam a tensão entre duas famílias de sentidos: por um lado, a representação como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado; por outro, a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou de alguém. No primeiro sentido, a representação é instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objecto ausente através da sua substituição por uma ‘imagem’ capaz de o reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é”. CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. 2. ed. Alges: Difel, 2002, p. 20.

Nuevo descubrimiento del gran Río de las Amazonas (1641), de Cristóbal de Acuña, e Viagem (1746), de Pedro de Santo Eliseu: história, poesia e política sobre o Rio das Amazonas

Nuevo descubrimiento del gran Río de las Amazonas (1641), by Cristóbal de Acuña, and *Viagem (1746)*, by Pedro de Santo Eliseu: history, poetry and politics in connection with the River of the Amazons

Marcelo Lachat

RESUMO

Este trabalho propõe-se a discutir dois textos: a relação intitulada *Nuevo descubrimiento del gran Río de las Amazonas (1641)*, de Cristóbal de Acuña, e a epopeia *Viagem (1746)*, de Pedro de Santo Eliseu. As discussões propostas baseiam-se em preceptivas retóricas e poéticas e em concepções teológico-políticas pertinentes aos Impérios espanhol e português dos séculos XVI a XVIII. Assim, pretende-se evidenciar que, naquela relação do padre jesuíta espanhol e nesta epopeia do frade carmelita português, as representações do Rio das Amazonas são feitas de história, poesia e política, visando à concórdia entre os membros do corpo místico do Reino.

PALAVRAS-CHAVE: séculos XVII e XVIII; relação e epopeia; Rio das Amazonas.

ABSTRACT

In this paper, we propose to discuss two texts: Cristóbal de Acuña's "relation" (relación) entitled Nuevo descubrimiento del gran Río de las Amazonas (1641) and Pedro de Santo Eliseu's epic poem Viagem (1746). These discussions are based on rhetorical and poetic precepts and on theological-political conceptions pertinent to the Spanish and Portuguese Empires of the 16th, 17th and 18th centuries. Thus, it is intended to show that, in the travel report of the Spanish Jesuit priest Acuña and in the epic poem of the Portuguese Carmelite friar Eliseu, the "River of the Amazons" representations are made of history, poetry and politics, aiming at the concord between the members of Kingdom's mystical body.

KEYWORDS: 17th and 18th centuries; relation and epic poem; River of the Amazons.



As histórias e os poemas compostos entre o século XVI e meados do XVIII são exemplares de gêneros retóricos e poéticos.¹ Sendo assim, para tentar compreender esses textos hoje, adequando-os aos seus tempos (que restam como ruínas), é preciso levar em consideração seus respectivos gêneros e as preceptivas retóricas e poéticas que os determinam, a fim de evitar leituras anacrônicas que, em última instância, apenas se interessam por si mesmas ou por aquilo que do passado é presente e indício de um suposto futuro melhor, como se o tempo sempre tivesse sido progresso. Embora toda leitura atual desses escritos seiscentistas e setecentistas seja, em alguma medida, anacrônica, é possível reaproximá-los de seus tempos, de sua materialidade e de suas circunstâncias de produção, para que eles não sejam lidos como meras reproduções da (nossa) atualidade *avant la lettre*.

Dessa forma, este artigo tratará de especificidades de textos dos séculos XVII e XVIII, isto é, de outros tempos, aqueles das “letras”, que, passados (e não estágios do presente ou prenúncios do futuro), não são os mesmos da “literatura”, seja ela “moderna”, “pós-moderna” ou “contem-

porânea”. Cabe ressaltar, portanto, que o primeiro desses escritos é uma “relação” (espécie do gênero histórico, que se examinará mais adiante), intitulada *Nuevo descubrimiento del gran Río de las Amazonas*, escrita pelo padre jesuíta espanhol Cristóbal de Acuña e publicada em 1641. O segundo texto é uma epopeia setecentista, intitulada *Viagem...*², que foi conservada num manuscrito datado de 1746, depositado na Biblioteca Nacional de Portugal e publicado, recentemente, por Milton Torres.³ Nesse manuscrito apógrafo, a autoria do poema é atribuída a frei Pedro de Santo Eliseu, que, nascido em Lisboa, viveu grande parte de sua vida em Belém do Grão-Pará, no convento da ordem dos carmelitas.

As análises retórico-poéticas de cada um desses textos, articuladas, visarão ao objetivo principal deste trabalho: discutir duas importantes representações⁴ do Rio das Amazonas que espanhóis e portugueses fizeram nos campos da história e da poesia, evidenciando como tais representações tinham propósitos políticos de conquista e posse daquilo que hoje se pode denominar, em termos gerais (e talvez imprecisos), “região amazônica”.

Antes, porém, é necessário fazer uma observação acerca do próprio nome do rio. Nos séculos XVII e XVIII, espanhóis e portugueses chamavam-lhe, predominantemente (embora não unicamente), “Rio das Amazonas”. A origem dessa denominação é relevante para exemplificar a importância dos primeiros relatos de viajantes sobre o rio e a região, bem como para mostrar que esses textos não são propriamente reflexos de uma suposta “realidade”, mas construções retórico-poético-políticas pautadas por técnicas específicas e por concepções míticas e místicas do “Novo Mundo”. Como se sabe, muitos historiadores apontam (não sem incertezas) o espanhol Vicente Yáñez Pinzón como o primeiro navegador europeu a chegar, em fevereiro de 1500, à foz desse grande rio, que foi denominado pelo próprio Pinzón “Santa María de la Mar Dulce”.⁵ Porém, teria sido o explorador espanhol Francisco de Orellana o primeiro a percorrer integralmente, entre 1541 e 1542, o curso daquele que era então mais conhecido pelos espanhóis como Río Grande ou Río Marañón. As aventuras dessa célebre viagem foram narradas na relação escrita pelo frei dominicano espanhol Gaspar de Carvajal, um dos participantes da expedição: *Relación del nuevo descubrimiento del famoso Río Grande que descubrió por muy gran ventura el capitán Francisco de Orellana*.⁶ É justamente nesse escrito de Carvajal que se registra o mito das Amazonas americanas,⁷ que dará nome ao rio (e, posteriormente, a partir do século XIX, a toda a região – incluindo a floresta – por ele banhada). Assim, Carvajal informa que em 24 de junho de 1542 a expedição teria se deparado, pouco depois da foz do rio Madeira, com índios capitaneados por mulheres guerreiras, que receberam violentamente os exploradores. Mais tarde, um nativo prisioneiro explicou quem eram aquelas mulheres: grandes guerreiras que combatiam com arco e flecha e que viviam numa tribo em que não havia homens. Portanto, essas mulheres logo passaram a ser associadas pelos espanhóis às famosas Amazonas da mitologia grega. Desse modo, o grande rio às margens do qual viviam essas guerreiras indígenas, apesar de ter sido batizado com o nome de Orellana, ficou mais conhecido, a partir da relação de Carvajal, como Río de las Amazonas.⁸

A relação de Cristóbal de Acuña

Como indica seu título (*Nuevo descubrimiento del gran Río de las Amazonas*), o texto de Acuña narra um “novo descobrimento” do Rio das

⁵ Há muitas dúvidas acerca daquilo que a história tradicional, baseada numa perspectiva eurocêntrica, passou a designar como a “descoberta” do Rio Amazonas. Alguns historiadores sugerem, por exemplo, que, antes de Pinzón, teriam chegado a esse rio Jean Cousin (em 1488) e Américo Vespúcio (em 1499). Contudo, faltam documentos para sustentar essas duas últimas hipóteses. Em particular, quanto à suposta “descoberta” do delta do Amazonas que teria sido feita pelo navegador francês Jean Cousin – hipótese muito mais difundida do que aquela que indica Vespúcio como o tal “descobridor”, mas muito menos do que aquela (predominante) da primazia de Pinzón –, esclarece Leyla Perrone-Moisés: “Alguns historiadores franceses do século XIX reivindicaram a primazia de seus compatriotas na descoberta do Brasil; para tanto, apoiavam-se principalmente na tradição oral que indicava um certo Jean Cousin como tendo precedido Cabral em nossas terras. Essa tese teve de ser abandonada por falta de documentos”. PERRONE-MOISÉS, Leyla. Alegres trópicos: Gonville, Thevet e Léry. *Revista USP*, n. 30, jun.-ago. 1996, p. 86.

⁶ Como elucida Antonio Porro, “dessa relação existiam duas cópias manuscritas, inéditas até o final do século XIX; uma, incompleta, na Coleção Muñoz da Real Academia de História de Madri; outra, completa, de propriedade do Duque de T'Serclaes de Tilly. Em 1894[,] o historiador chileno José Toribio Medina, após cotejar os dois manuscritos, que considerou não serem autógrafos embora contemporâneos do autor, publicou o segundo acompanhado de outros documentos relativos à viagem de Orellana e de um erudito estudo histórico. O texto publicado por Medina foi traduzido para o português por C. de Melo-Leitão e publicado [em 1941, na obra] *Descobrimientos do Rio das Amazonas*”. PORRO, Antonio. *As crônicas do Rio Amazonas*. 2. ed. revista e atualizada. Manaus: EDUA, 2016, p. 36 e 37.

⁷Em *Visão do paraíso*, Sérgio Buarque de Holanda afirma que esse mito, fundado na “crença na existência de uma terra de mulheres sem homens nos novos mundos”, difundiu-se, sobretudo, a partir do relato de Cristóvão Colombo (decorrente de sua primeira viagem de “descobrimto”) sobre a Ilha de Matinino; sugere ainda o historiador que os relatos de Marco Polo foram uma possível fonte de Colombo: “Tratava-se de mais um mito erudito, que poderia vir da leitura de Marco Polo ou dos que lhe seguiram os passos. A ilusão do genovês no interpretar os discursos de índios que, muito provavelmente, queriam significar outra coisa, calca-se perfeitamente, ou quase, sobre a do veneziano, que, dois séculos antes, tinha situado, nos mares orientais, sua *isle femelle*. A esta, tal como a Matinino, iam homens provenientes de outra ilha, distante trinta milhas, ilha só povoada de varões, os quais folgavam de amor com as moradoras durante três meses a cada ano. O filho macho permanecia na ilha das mulheres até completar quatorze anos de idade, quando ia para a companhia do pai, ao passo que as meninas permaneciam com a mãe”. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso*: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000, p. 27.

⁸ Ver CARVAJAL, Gaspar de. *Descubrimto del Río de las Amazonas*. Por José Toribio Medina. Sevilla: Imprenta de E. Rasco, 1894.

⁹ Nascido em Portugal (em Cantanhede), Pedro Teixeira teve importante atuação, como militar e como explorador, na América Portuguesa, mais especificamente no Maranhão e no Grão-Pará, na primeira metade do século XVII. Ele participou da expulsão dos franceses no Maranhão e da fundação do Forte do Presépio (em 1616), tido como marco inicial de Belém do Grão-Pará. Quanto à expedição relatada por Acuña, da qual o referido explorador português foi capitão-mor, a obra *Pedro Teixeira, a Amazônia e o Tratado de Madri*, além de uma “contextualização histórica”, de Synesio Sampaio Goes Filho, e de dois interessantes estudos (“O significado da expedição de Pedro Teixeira

Amazonas, ou seja, uma nova viagem (feita quase cem anos depois daquela de Orellana) por toda a extensão desse grande e famoso rio, e comandada pelo explorador português Pedro Teixeira.⁹ Essa viagem portuguesa – realizada em fins da “União Ibérica” – resultou de um fato inusitado: em 1636, dois leigos franciscanos, Domingo de Brieva e Andrés de Toledo, acompanhados de apenas seis soldados, aportaram surpreendentemente a Belém vindos de Quito, importante unidade administrativa do Vice-Reinado do Peru (denominada, à época, Real Audiencia de Quito). Essa inesperada “visita”, acirrando as disputas entre espanhóis e portugueses pelo domínio da região, fez com que o governador do Grão-Pará, Jácome Raimundo de Noronha, apressasse os preparativos de uma grande expedição, nomeando como capitão-mor Pedro Teixeira, que deveria refazer, em sentido contrário, a viagem dos franciscanos espanhóis. Além disso, é importante destacar que foi o “piloto” dessa jornada portuguesa, Bento da Costa, que elaborou o mais antigo mapa conhecido do Rio das Amazonas. E é a *relación* de Acuña que informa que tal expedição partiu de los confines del Pará em 28 de outubro de 1637, sendo composta por 47 canoas, 70 soldados portugueses, 1.200 índios guerreiros e remadores, mais mulheres e rapazes de serviço, ultrapassando um total de 2.000 pessoas. Essa viagem até Quito durou cerca de um ano.¹⁰ Em 10 de dezembro de 1638, estando os portugueses em Quito, uma resolução do Vice-Rei do Peru determinou que Pedro Teixeira e todos seus comandados fizessem o caminho de volta até o Grão-Pará, mas acompanhados por duas testemunhas nomeadas pela Coroa de Castela: o próprio Cristóbal de Acuña e Andrés de Artieda, também padre jesuíta. Essa segunda expedição partiu de Quito em 16 de fevereiro de 1639 e chegou a Belém em 12 de dezembro do mesmo ano.

Assim, no relato de Acuña, estando ele a serviço da Coroa Espanhola e sendo um jesuíta, ficam evidentes dois propósitos centrais: ressaltar a necessidade urgente de colonização e exploração, por parte dos espanhóis, da rica e abundante região banhada pelo Rio das Amazonas; e convencer acerca de outra necessidade, também urgente, de catequização dos índios, obra que deveria ser empreendida pelos jesuítas. Quanto a esta segunda finalidade, vale lembrar o detalhado estudo de João Lúcio de Azevedo, *Os jesuítas no Grão-Pará*, no qual o autor elucida que os inicianos (dando destaque, como era de se esperar, aos portugueses) só conseguiram se estabelecer no Grão-Pará a partir de 1653 (ou seja, anos após a viagem de Pedro Teixeira), graças a uma negociação política do padre João de Souto Maior:

Até 1653 não tiveram os jesuítas residência no Pará. Opunham-se os habitantes que, pela tradição e experiência de outras partes, sabiam quão poderoso obstáculo encontrariam neles à escravidão e domínio absoluto dos índios. Afinal realizaram o intento, sob o pretexto, que lhes era habitual, de abrirem aula de latim e doutrina para os filhos dos brancos. O padre João de Souto Maior, que para esse fim viera do Maranhão, assinou termo na câmara de que não havia de intrrometer-se com os escravos dos colonos, nem pretendia a administração dos índios forros: como missionário contentar-se-ia de instruir a uns e outros nas verdades da fé.¹¹

Posto isso, é preciso discutir em que consiste uma “relação” (como a de Acuña) no século XVII. Empregando termos da lógica aristotélica, pode-se afirmar que a relação é “espécie” do “gênero” histórico. No entanto, esse gênero é de difícil definição nos anos Seiscentos, porque são poucos os tratados específicos sobre ele. Um dos raros exemplos é o *Dell’arte historica*

(1636), de Agostino Mascardi. Como sintetiza Eduardo Sinkevisque, esse tratado italiano

*é uma preceptiva retórico-poético-historiográfica do século XVII que teve, ao menos, cinco edições seiscentistas e três reedições nos séculos XIX e XX. Pode ser traduzida como “sobre a arte histórica” ou “da arte histórica” ou, simplesmente, “arte histórica”. Essa preceptiva é, basicamente, uma amplificação de preceitos retóricos, poéticos e historiográficos de Cícero e de Luciano de Samósata, entre outras auctoritates do gênero, sobre o modo seiscentista de se escrever História.*¹²

Define, então, Mascardi “o gênero histórico como epidítico, demonstrativo, próprio do panegírico, concluindo que ‘a elocução da história deve ser próxima da elocução da poesia’”.¹³

Além disso, é necessário recordar que, como salientam Reinhart Koselleck¹⁴ e François Hartog,¹⁵ até o século XVIII, predominou a noção antiga de história, sintetizada pelo célebre *topos* ciceroniano: *historia magistra vitae*. Dessa maneira, a história tinha a função primordial de servir como celeiro de *exempla* para comprovar doutrinas morais, religiosas, políticas e jurídicas.¹⁶ Também compondo essa concepção dos antigos, deve-se ainda lembrar que Aristóteles, ao diferenciar poesia e história no capítulo IX de sua *Poética*, preceitua que não é ofício do poeta “narrar o que aconteceu; é, sim, o de representar o que poderia acontecer, quer dizer: o que é possível segundo a verossimilhança e a necessidade”. Então, distinguem-se o historiador e o poeta porque o primeiro “diz as coisas que sucederam” e o segundo “as que poderiam suceder”, o que leva à conclusão de que “a poesia é algo de mais filosófico e mais sério do que a história, pois refere aquela principalmente o universal, e esta, o particular”.¹⁷ Entretanto, o discurso histórico não tem autonomia preceptiva nos anos Seiscentos, pois, como se observou no tratado de Mascardi, ele é concebido, predominantemente, como epidítico ou demonstrativo, com base nos preceitos aristotélicos da *Retórica*.¹⁸ Assim, o discurso da história, até fins do século XVIII, pauta-se pelas artes retóricas e poéticas, sendo elementos fundamentais dele a imitação (*mimesis*, *imitatio*) e a verossimilhança¹⁹ (*eikós*, *verisimilis*). Portanto, mais do que retratar a “verdade” sobre o passado, tal discurso apresenta aos olhos dos ouvintes ou leitores aquilo que é verossímil, de modo a movê-los (*movere*) pelo deleite (*delectare*) e pelo ensinamento (*docere*), visando a fins morais, políticos e religiosos.

A relação é, enfim, espécie desse gênero. Mas num sentido mais amplo e menos técnico, o *Tesoro de la lengua castellana o española* de Sebastián de Covarrubias define o vocábulo *relación* do seguinte modo: “Latine relatio, à referendo, actus referendi. Relator, oficio en los Consejos, o Audiencias, el que refiere una causa bien, y fielmente, sin daño de ninguna de las partes”.²⁰ E no *Vocabulário português e latino* de Raphael Bluteau, a primeira das diversas acepções desse vocábulo é: “a narração de alguma coisa que sucedeu. *Narratio, onis. Fem. Cic.*”.²¹ Dessa forma, em sentido lato, a relação é o ato de referir ou narrar algo que aconteceu, sendo um de seus possíveis sinônimos “narração” (*narratio*). No mesmo *Vocabulário* de Bluteau, evidencia-se que “narração” é, entre outras coisas, um termo retórico que designa um momento determinado do discurso, ou seja, trata-se de uma concepção fundamentalmente técnica; e os historiadores devem dominar a *ars narrandi*,²² fazendo “narrações fiéis, naturais e claras”:

à luz de novos documentos” e “Descobrimiento e ocupação do vale amazônico”), de Jaime Cortesão, apresenta documentos fundamentais dessa viagem pelo Rio das Amazonas, destacando-se os três seguintes: a *Relación del General Pedro Tejera del Río de las Amazonas para el Señor Presidente*, texto datado de 02 de janeiro de 1639, que traz o relato de Teixeira acerca da viagem de Belém a Quito e que foi encaminhado ao Vice-Rei do Peru por Alonso Pérez de Salazar, presidente da Real Audiência de Quito; a própria relação de Cristóbal de Acuña, traduzida para o português (*Novo descobrimiento do grande Rio das Amazonas*); e a relação *Descubrimiento del Río de las Amazonas y sus dilatadas provincias*, datada de 1639, que permaneceu manuscrita e anônima até 1889, quando foi editada e publicada pelo historiador Marcos Jimenez de la Espada, sendo o texto então atribuído ao jesuíta espanhol Alonso de Rojas. Ver LIMA, Sérgio Eduardo Moreira e COUTINHO, Maria do Carmo Strozzi (orgs.). *Pedro Teixeira, a Amazônia e o Tratado de Madri*. 2. ed. ampliada. Brasília: FUNAG, 2016.

¹⁰ “Salió pues este buen caudillo de los confines del Pará, a los veintiocho de octubre de mil seiscientos treinta y siete años, con cuarenta y siete canoas de buen porte (embarcaciones de que adelante se dirá) y en ellas setenta soldados portugueses, mil doscientos indios de boga y guerra, que con las mujeres y muchachos de servicio pasarían todas de dos mil personas. Duró el viaje cerca de un año, así por la fuerza de las corrientes, como también por el tiempo, que en hacer mantenimientos para tan numeroso ejército era fuerza se gastase, y principalmente por caminar sin guías ciertas, que les pudiesen enderezar sin rodeos ni dilaciones por los rumbos más breves, por los cuales debieran seguir su camino por ser éste tan cumplido, y por las incomodidades que en él se pasaban, comenaron los indios amigos a mostrar poco gusto de proseguirle, y de hecho, algunos se volvieron a sus tierras”. ACUÑA, Cristóbal de. *Novo descobrimiento do Rio Amazonas*. Montevideo: Oltaver S.A./Consejería de Educación de la Embajada de España en Brasil, 1994, p. 62.

¹¹ AZEVEDO, João Lucio de. *Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização*. Belém: SECULT, 1999, p. 35.

¹² SINKEVISQUE, Eduardo. Com furores de Marte e com astúcias de Mercúrio: o *Dell'arte historica* (1636) de Agostino Mascardi. *TOPOI*, v. 7, n. 13, jul.-dez. 2006, p. 331.

¹³ *Idem, ibidem*, p. 358.

¹⁴ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. Puc-Rio, 2006.

¹⁵ “Não sem reformulação (começando pela cristã), o *topos da historia magistra [vitalis]* permanecerá ativo até o fim do século XVIII [...]. Entra-se então num outro regime de historicidade, formulado na Alemanha no último terço do século XVIII e realizado pela Revolução Francesa: o da história concebida como processo e incarnada no progresso”. HARTOG, François. *A história de Homero a Santo Agostinho*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001, p. 20.

¹⁶ Conforme Koselleck, o uso da tópica ciceroniana *historia magistra vitae* “remete a uma possibilidade ininterrupta de compreensão prévia das possibilidades humanas em um *continuum* histórico de validade geral. A história pode conduzir ao relativo aperfeiçoamento moral ou intelectual de seus contemporâneos e de seus pós-teros, mas somente se e enquanto os pressupostos para tal forem basicamente os mesmos. Até o século XVIII, o emprego de nossa expressão permanece como indício inquestionável da constância da natureza humana, cujas histórias são instrumentos recorrentes apropriados para comprovar doutrinas morais, teológicas, jurídicas ou políticas. Mas, da mesma forma, a perpetuação de nosso *topos* aludia a uma constância efetiva das premissas e pressupostos, fato que tornava possível uma semelhança potencial entre os eventos terrenos. E, quando uma transformação social ocorria, era de modo tão lento e em prazo tão longo, que os exemplos do passado continuavam a ser proveitosos. A estrutura temporal da história passada delimitava um espaço contínuo no qual acontecia toda a experimentação possível”. KOSELLECK, Reinhart, *op. cit.*, p. 43.

NARRAÇÃO. Segundo os Retóricos, é a parte da oração, em que se narra o caso, ou sucesso de que se trata. Era a segunda parte dos discursos Oratórios, que se faziam no foro Romano, seguia-se imediatamente ao exórdio, segundo o estilo dos antigos Oradores. Uma das maiores excelências do Historiador é fazer narrações fiéis, naturais, e claras. *Narratio, onis. Fem.Cic.*²³

Assim, nas retóricas antigas, quando se examina a *dispositio*, prescreve-se, de modo geral, que a *narratio* deve ser a segunda parte do discurso, aquela que vem logo após o *exordium*, isto é, depois de introduzir a matéria a ser tratada, o orador tem de expor os fatos.²⁴

Entre as *auctoritates* antigas, as considerações mais extensas e minuciosas sobre a *narratio* são as de Quintiliano – em particular, no capítulo 2 do Livro IV da *Institutio oratoria*.²⁵ Dessa maneira, quanto à definição do termo, Quintiliano afirma inicialmente que a narração visa a indicar a matéria (*res*) a respeito da qual o juiz deverá pronunciar-se: “Maxime naturale est, et fieri frequentissime debet, ut, praeparato per haec, quae supra dicta sunt, iudice, res, de qua pronuntiaturus est, indicetur: ea est narratio”.²⁶ Posteriormente, elaborando um pouco mais a noção, esclarece que a *narratio* não serve apenas para informar o juiz sobre o caso, mas também para fazer com que ele concorde com o orador: “Neque enim narratio in hoc reperta est, ut tantum cognoscat iudex, sed aliquanto magis, ut consentiat”.²⁷ Por fim, Quintiliano apresenta uma definição mais completa, na qual ressalta a utilidade da narração, isto é, seu caráter persuasivo: “Narratio est rei factae aut ut factae utilis ad persuadendum expositio, vel – ut Apollodorus finit – oratio docens auditorem quid in controversia sit”.²⁸ E para assim persuadir instruindo o auditório, a *narratio* deve ter três qualidades modelares: brevidade (*brevitas*), clareza (*dilucidus*) e credibilidade (*credibilis*).²⁹

Essa *ars narrandi* enforma a *relación* de Acuña que, vale destacar novamente, é um discurso técnico do gênero histórico. E sendo a credibilidade ou a verossimilhança uma das qualidades essenciais dessa arte de narrar, o relato de Acuña sobre o novo descobrimento do Rio das Amazonas se mostra aos seus leitores credível ou verossímil por ter sido escrito por alguém que participou da viagem (portanto, uma testemunha ocular que presenciou o que sucedeu):

*Pido yo a los que leyeren esta relación me den crédito, que es justo, pues yo soy el uno de ellos, y en nombre y por parecer de entrambos, tomé la pluma para escribirla. Digo esto por las que podrá ser saquen otros a luz, quizá no tan ajustadas a la verdad como convenía. Ésta lo será, y tanto que por ningún caso pondré en ella cosa de que no pueda con la cara descubierta atestiguar con más de cincuenta españoles, castellanos y portugueses, que hicieron el mismo viaje, afirmando lo cierto por cierto, y lo dudoso por tal, para que en cosa tan grave y de tanta importancia nadie se arroje a creer más de lo que en esta relación se afirma.*³⁰

O que se evidencia nesse trecho é a necessária credibilidade da narração, que, conforme Quintiliano, decorre também da *auctoritas* daquele que narra, sendo essa autoridade merecida, antes de tudo, pela “vida exemplar” (*vita*) do narrador: “Neque illud quidem praeteribo, quantam adferat fidem expositioni narrantis auctoritas; quam mereri debemus ante omnia quidem vita, sed et ipso genere orationis, quod quo fuerit grauius ac sanctius, hoc plus habeat necesse est in adfirmando ponderis”.³¹ Dessa forma, o *ethos* de Cristóbal de Acuña, como padre jesuíta integrante da

missão e a serviço da Coroa Espanhola, assegura ser sua relação fidedigna. Reforçando essa fidedignidade, notam-se no trecho citado dois *topoi* antigos acerca da concepção de história. Ao declarar Acuña ter sido um dos participantes da viagem, ele emprega uma tópica que se originou em Heródoto, considerado por Cícero “o pai da história”. Nesse sentido, desde Heródoto, a fiabilidade da história depende, sobretudo, da visão, sendo função do historiador registrar as coisas que foram vistas por ele próprio ou por testemunhas (oculares) que presenciaram os acontecimentos.³² Outro *topos* que se verifica no excerto de Acuña é aquele aristotélico já mencionado (do capítulo IX da *Poética*): é ofício do historiador narrar as coisas que aconteceram, ou seja, o relato histórico, como garante Acuña a respeito de seu próprio texto, deve estar ajustado à verdade.

Essa credibilidade da narração ou da relação implica o uso adequado de procedimentos técnicos que tornem o texto verossímil e persuasivo. Todavia, a verossimilhança, nas práticas letradas seiscentistas, não documenta nem reflete uma presumida “realidade”, mas se adequa aos diferentes gêneros retóricos e poéticos. Isso não significa que o gênero, como ressalta Alcir Pécora, tenha de ser “puro ou inalterável em suas disposições”, nem que o “objeto” (uma relação, um poema etc.) seja “idêntico à aplicação de um conjunto de prescrições encontradas em determinada preceptiva do período [...]”. Ao contrário, a tendência histórica básica dos mais diferentes gêneros é a de desenvolver formas ‘mistas’.³³ Desse modo, a *relación* de Acuña não é um exemplar “puro” do gênero epidítico ou demonstrativo, apresentando também marcas do deliberativo, já que, com base nos preceitos aristotélicos da *Retórica*,³⁴ observa-se que o texto do jesuíta espanhol, embora “demonstre” as coisas, igualmente delibera, isto é, aconselha sobre eventos futuros, persuadindo (quando se trata de coisas convenientes) ou dissuadindo (quando se trata de coisas prejudiciais). No entanto, seja no gênero epidítico, seja no deliberativo, a hipérbole é um *tropo* largamente empregado para louvar ou censurar e para persuadir ou dissuadir, o qual aparece com frequência no relato de Acuña, como se constata, por exemplo, neste excerto: “Es el famoso Río de las Amazonas, que corre y baña las más ricas, fértiles y pobladas tierras de todo el imperio del Perú, el que de hoy em adelante podemos, sin usar de hipérboles, calificar por el mayor y más célebre del orbe”.³⁵ Ironicamente, dizendo não usar hipérboles, Acuña faz um hiperbólico elogio do Rio das Amazonas, que é retratado, para deleite e proveito dos leitores, como o maior e mais célebre rio do mundo.

A relação do jesuíta evidencia ainda a utilidade econômica da conquista do Rio das Amazonas, afirmando que nele “está depositado el inmenso tesoro que la majestad de Dios tiene guardado para enriquecer con él a la de nuestro gran rey y señor Felipe Cuarto”.³⁶ Ademais, Acuña destaca a necessidade e a viabilidade da catequização dos indígenas que habitam as margens do rio, descrevendo-os como naturalmente pacíficos e, por isso, “prometen grandes esperanzas de que si se les diese noticia del verdadero Creador de cielos y tierra, con poca dificultad abrazarían su santa ley”.³⁷ Dessa maneira, nota-se que os dois padres jesuítas, Artieda e Acuña, estão na expedição, como escreve o segundo em seu relato, a serviço de Deus e do rei (Felipe IV), em defesa e para expansão da Fé (católica) e do Império (espanhol). Essa questão teológico-política será desenvolvida no último tópico deste trabalho, no qual se discutirá o “corpo místico” do Reino.

Por enquanto, cabe realçar que a relação de Acuña atesta, mais enfaticamente do que aquela de Carvajal e com a verossimilhança exigida pela

¹⁷ *Poética*, IX, 1451a-1451b. Cf. ARISTÓTELES. *Poética*. 8. ed. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2008, p. 115.

¹⁸ I, 3, 1358a-1359a. Ver ARISTÓTELES. *Retórica*. 2. ed. revista. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2005, p. 104-106.

¹⁹ João Adolfo Hansen, examinando o *ut pictura poesis* horaciano, correlaciona-o com a verossimilhança: “Quando fazem a comparação, os versos [da *Espitula ad Pisonem* de Horácio] propõem que há um modo específico de formulação para cada gênero e, logo, da sua apreciação, o que imediatamente implica que o *ut pictura poesis* é uma doutrina genérica da verossimilhança necessária em cada obra, segundo sua invenção, disposição e elocução, para que possa cumprir as três grandes funções retóricas de *docere, delectare e movere*”. HANSEN, João Adolfo. *Ut pictura poesis* e verossimilhança na doutrina do conceito no século XVII colonial. *Floema especial*, ano II, n. 2, out. 2006, p. 117.

²⁰ COVARRUBIAS, Sebastián de. *Tesoro de la lengua castellana, o española*. Segunda parte. En Madrid: por Luis Sanchez, 1611, p. 6v.

²¹ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez, & latino*. Lisboa occidental: na officina de Pascoal da Sylva, 1720, v. 7, p. 214.

²² Para uma detalhada discussão dessa arte de narrar, recomenda-se o estudo de Elena Artaza: *El ars narrandi en el siglo XVI español*: teoría y práctica. Bilbao: Universidad de Deusto, 1989.

²³ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez, & latino*, op. cit., v. 5, p. 680.

²⁴ Cf. LAUSBERG, Heinrich. *Manual de retórica literaria*: fundamentos de una ciencia de la literatura. Madrid: Gredos, 1999, v. I, p. 260-262.

²⁵ Ver QUINTILIANO. *Instituição oratória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2015, Tomo II.

²⁶ *Institutio oratoria*, IV, II, 1. “É absolutamente natural e deve ser feito com máxima frequência, que, depois de devidamente preparado o juiz, através do que ficou exposto acima, se indique o assunto sobre o qual se irá discorrer: isto é a narração”. QUINTILIANO, op. cit., p. 59.

²⁷ *Idem, ibidem*, IV, II, 21. “Pois, a narração não objetiva apenas que o juiz tome conhecimento, mas um pouco mais ainda, que o convença”. *Idem, ibidem*, p. 71.

²⁸ *Idem, ibidem*, IV, II, 31. “A narração consiste na exposição de um fato consumado ou de algo que seja útil para persuadir, ou ainda (segundo a definição de Apolodoro) num discurso que ensina ao ouvinte o que está em discussão”. *Idem, ibidem*, p. 77.

²⁹ Na *Rhetorica ad Herennium* (I, 14), também se recomenda (embora se apresente como terceira qualidade o *verisimilis* em vez do *credibilis*) que a narração seja breve, clara e verossímil: “Tres res convenit habere narrationem, ut brevis, ut dilucida, ut veri similis sit”. *Retórica a Herênio*. São Paulo: Hedra, 2005, p. 66.

³⁰ ACUÑA, Cristóbal de, *op. cit.*, p. 72.

³¹ *Institutio oratoria*, IV, II, 125. “Também não deixarei de lado o fato de que a notoriedade do expositor acarreta considerável acréscimo de confiança à narração; antes de tudo, temos a obrigação de merecer tal autoridade pela conduta de vida, mas também pela própria qualidade do discurso, porque tanto mais peso terá necessariamente nas afirmações, quanto mais sério e digno ele for”. QUINTILIANO, *op. cit.*, p. 128 e 129.

³² Como salienta Koselleck, nas concepções antigas de história (predominantes até fins do século XVIII), é essencial a menção às testemunhas (às vezes, o próprio historiador) que presenciaram o fato para dar veracidade ao relato histórico. Daí serem empregadas, frequentemente, metáforas que remetem “a uma verdade nua e sem adornos, a ser reproduzida de forma precisa e objetiva”; e tais metáforas, “que contêm em si um realismo ingênuo, alimentam-se mais dos testemunhos oculares do que dos testemunhos auditivos que atestariam a verdade da história.” KOSELLECK, Reinhart, *op. cit.*, p. 166.

³³ PÉCORRA, Alcir, *op. cit.*, p. 12.

³⁴ I, 3, 1358b. Ver ARISTÓTELES. *Retórica*, *op. cit.*, p. 104.

³⁵ ACUÑA, Cristóbal de, *op. cit.*, p. 74.

³⁶ *Idem, ibidem*, p. 102.

narração no gênero histórico, a existência das amazonas americanas: “confirmamos las largas noticias que por todo este río traíamos de las afamadas Amazonas, de quienes él tomó el nombre desde sus primeros principios”; e “los fundamentos que hay para asegurar [la existencia de la] provincia de [las] Amazonas en este río son tantos y tan fuertes que sería faltar a la fe humana el no darles crédito.”³⁸ Para confirmar a credibilidade do mito dessas amazonas indígenas, Acuña constrói seu *ethos* recorrendo àquele já mencionado lugar-comum herodotiano do gênero histórico; mostra-se, destarte, como um historiador confiável por referir somente aquilo que ele ouviu de testemunhas oculares e por ter ele mesmo averiguado, cuidadosamente, a veracidade dos fatos: “Sólo echo mano de lo que oí con mis oídos, y con cuidado averigüé desde que pusimos los pies en este río”.³⁹

Para finalizar esta breve análise da representação do Rio das Amazonas que Cristóbal de Acuña faz em seu relato, vale destacar o trecho a seguir, no qual há um elogio eloquente desse grande e afamado curso d’água, sintetizando as vantagens políticas, econômicas e religiosas que deveriam motivar a conquista do rio pela Coroa Espanhola e a catequização dos índios pelos jesuítas:

*Éste es en suma el nuevo descubrimiento de este gran río, que encerrando en sí grandiosos tesoros, a nadie excluye; mas antes, a todo género de gente convida liberal a que se aproveche de ellos. Al pobre ofrece sustento; al trabajador, satisfacción de su trabajo; al mercader, empleos; al soldado, ocasiones de valer; al rico, mayores acrecentamientos; al noble, honras; al poderoso, estados; y al mismo rey, un nuevo imperio. Pero quienes más interesados se han de mostrar en esta conquista son los celosos de la honra de Dios y bien de las almas, pues tanta multitud de ellas está ya clamando por fieles ministros del Santo Evangelio, para que con la claridad de él se les ahuyenten las sombras de la muerte, en que ha tanto tiempo miserables yacen.*⁴⁰

A relação de Acuña, enfim, entre epidítica e deliberativa, representa⁴¹ o Rio das Amazonas como *eikón*⁴² hiperbolicamente inesgotável de tesouros para o Reino e de almas para a Igreja.

A epopeia de Pedro de Santo Eliseu

Como anunciado na introdução deste artigo, a segunda obra a ser discutida, enfocando-se a representação que nela se faz do Rio das Amazonas, é uma epopeia do século XVIII cuja autoria atribui-se (no manuscrito em que ela foi conservada) a Pedro de Santo Eliseu. Há poucas informações seguras sobre esse suposto poeta setecentista, sabendo-se apenas que, como já mencionado, ele nasceu em Lisboa e foi frade da ordem dos carmelitas em Belém do Grão-Pará. O longo título do poema, referido anteriormente neste trabalho, elucida qual é sua matéria: *Viagem – que por ordem de Sua Majestade, que Deus guarde, mandou fazer o governador e capitão-general deste estado do Maranhão e Grão-Pará Cristóvão da Costa Freire, Senhor de Pancas, pelo sargento-mor Pascoal de Lima no ano de 1714 a Nova Cartagena, a repor os castelhanos que se tinham aprisionado antes, governando o mesmo senhor na era de 1709, e foram repostos distante da cidade do Grão-Pará 1.250 léguas pelo rio das Amazonas acima na mesma província de Cartagena*. Portanto, a obra trata da viagem de Belém a Nova Cartagena realizada, em 1714, a mando do governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará, Cristóvão da Costa Freire (“Senhor de Pancas”), tendo sido tal expedição capitaneada pelo sargento-

-mor Pascoal de Lima. Como resume Milton Torres, que estudou e editou a obra, narra-se nela “o percurso rio acima, para a restituição, às terras americanas de Castela, de grupo de prisioneiros espanhóis libertados em consequência do Tratado de Utrecht”.⁴³ E visto que o manuscrito em que se encontra esse poema épico é datado de 1746, Torres lembra ainda que essa data se situa no “fim do reinado joanino [em Portugal] [...], na antevéspera da negociação do Tratado de Madri, a paz com a Espanha. [...] A ênfase é, pois, na comunhão entre os dois países, a *pax iberica*”.⁴⁴

Além disso, é importante ressaltar uma informação bastante significativa para o que se propõe neste artigo: Pedro de Santo Eliseu traduziu do castelhano para o português justamente a relação de Cristóbal de Acuña acerca do *Nuevo descubrimiento del gran Río de las Amazonas*.⁴⁵ Parece pertinente supor, então, que o relato de Acuña foi uma relevante fonte histórica da epopeia composta por Eliseu.

Para compreender melhor esse poema, não se pode esquecer de que se trata de poesia épica, isto é, ele se insere num gênero que conta com preceptivas poéticas específicas desde Aristóteles. Nesse sentido, vale recordar que, na *Poética* aristotélica, ainda que não se defina o poema épico, são referidos seus principais elementos. Assim, segundo Aristóteles, a epopeia é uma imitação (*mimesis*) que tem como objeto “homens de elevada índole” ou “superiores” e que se utiliza, como meio, de versos heroicos (preferencialmente, os hexâmetros datílicos) e, como modo, do misto “narrativo-dramático”. Já no que tange à extensão temporal, enquanto a tragédia procura “cabrer dentro do período de um sol, ou pouco excedê-lo”, a epopeia não tem limite de tempo. Ademais, a ação do poema épico deve ser uma, embora ele apresente episódios longos e variados.⁴⁶

Ainda entre as prescrições dos antigos, deve-se destacar que Horácio, em sua *Espistula ad pisones*, explicita, tomando como modelo a poesia de Homero, qual é a matéria adequada ao gênero épico: os feitos grandiosos (*res gestae*) de reis e de chefes, bem como as tristes guerras.⁴⁷

Ecoando as preceptivas poéticas antigas, especialmente (mas não só) de Aristóteles e de Horácio, são diversas as discussões a respeito da epopeia nos séculos XVI, XVII e XVIII. Torquato Tasso, por exemplo, em seus *Discorsi del poema eroico* (1594), define o poema heroico como “imitazione d’azione illustre, grande e perfetta, fatta, narrando con altissimo verso, a fine di muover gli animi con la meraviglia, e di giovare in questa guisa”.⁴⁸ Alonso López Pinciano, na sua *Philosophía antigua poética* (1596), estabelece que a poesia heroica é “imitación común de acción grave”, entendendo por “comum” aquilo que a distingue da “trágica, cómica y dithirámbica, porque ésta es narrativa y aquellas dos, activas; y por ‘grave’ se distingue de algunas especies de poética menores, como la parodia y de las fábulas apologéticas, y aun estoy por decir de las milesias o libros de cabellerías”.⁴⁹ Já no século XVII, em Portugal, Manuel Pires de Almeida propõe, em seu *Discurso sobre o poema heroico*,⁵⁰ uma definição etimológica da epopeia: “este poema se chama heroico, porque escreve dos heróis: épico de *epos*, que em grego significa o verso hexâmetro, metro ordinário destes poemas”.⁵¹ E na primeira metade do século XVIII, num dos verbetes de seu *Vocabulário português e latino*, Bluteau afirma que o vocábulo *epopeia* “deriva-se do grego *Epos*, Poema, e *poiein*, Fazer. Val[e] o mesmo que *Poesia heroica*, ou obra em versos Heroicos, ou assunto de Poema Épico”.⁵² Em outro verbete, Bluteau explicita, então, em que consiste a epopeia que, segundo ele, é definida pelos “doutos” da seguinte maneira: “Discurso, inventado com arte para dirigir,

³⁷ *Idem, ibidem*, p. 118.

³⁸ *Idem, ibidem*, p. 176.

³⁹ *Idem, ibidem*, p. 178.

⁴⁰ *Idem, ibidem*, p. 196.

⁴¹ Conforme o *Tesoro de la lengua Castellana o española* de Covarrubias, representar é “hacernos presente alguna cosa con palabras, o figuras que se fijan en nuestra imaginación”. COVARRUBIAS, Sebastián de., *op. cit.*, p. 9. E de acordo com o *Vocabulário português e latino* de Bluteau, um dos possíveis usos desse vocábulo é: “representar com palavras uma coisa tão perfeitamente, que pareça que se está vendo”. BLUTEAU, Raphael, *op. cit.*, v. 7, p. 265.

⁴² Emprega-se o termo *eikón* (que, de difícil tradução, é vertido para o português, geralmente, como “imagem”, “ícone”, “símile” ou “quadro”) no sentido do livro VII da *República* platônica (514a–517c), no qual Sócrates retrata para Glauco a caverna-*eikón*. Ver PLATÃO. *A República*. 9. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

⁴³ TORRES, Milton, *op. cit.*, p. 14.

⁴⁴ *Idem, ibidem*, p. 30.

⁴⁵ Cf. *Idem, ibidem*, p. 16.

⁴⁶ *Poética*, I a V, 1447a–1449b; VIII, 1451a; XVII, 1455b. Cf. ARISTÓTELES, *Poética, op. cit.*, p. 103-109, 115 e 128.

⁴⁷ “Res gestae regumque ducumque et tristia bella.” *Epistula ad pisones*, v. 73. Cf. HORÁCIO. *Arte poética*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, s/d, p. 64.

⁴⁸ TASSO, Torquato. *Discorsi del poema eroico*. In: TASSO, Torquato. *Prose*. Milano: Rizzoli, 1935, p. 334.

⁴⁹ PINCIANO, Alonso López. *Philosophía antigua poética*: obras completas, I. Madrid: Biblioteca Castro, 1998, p. 467.

⁵⁰ Conforme Adma Muhana, esse texto de Pires de Almeida, que não se encontra datado, “deve ser incluído entre aqueles sobre a épica que dominam as preocupações de Almeida entre os anos de 1630 e 1640”. ALMEIDA, Manuel Pires de. *Discurso sobre o Poema Heroico*. Edição e comentário de Adma Muhana. *REEL – Revista Eletrônica de Estudos Literários*, a.2, n.2, 2006, p. 13.

⁵¹ *Idem, ibidem*, p. 2.

⁵² BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português, & latino*. Coimbra: no Collegio das Artes da Companhia de Jesus, v. 3, p. 182.

⁵³ *Idem, ibidem*, v. 9 [parte primeira do Suplemento], *op. cit.*, p. 386.

⁵⁴ HANSEN, João Adolfo. Notas sobre o gênero épico. In: TEIXEIRA, Ivan (org.). *Épicos: Prosopopeia; O Uruguai; Caracuru; Vila Rica; A Confederação dos Tamoios; I-Juca Pirama*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008, p. 27.

⁵⁵ De acordo com Alcir Pécora, “a tão conhecida proposição do ‘Primeiro Canto’ de *Os Lusíadas* assinala perfeitamente, como objeto da epopeia, as ‘três ordens de heróis’ fundamentais nessa perspectiva imperial: os navegadores e conquistadores que ‘entre gente remota edificaram Novo Reino’; os Reis ‘que foram dilatando a Fé e o Império’, ao mesmo tempo em que ‘andaram devastando’ as seitas viciosas de África e de Ásia; e os demais varões portugueses cujo esforço e bravura valeram-lhes a imortalidade. [...] Esse ponto de exortação imperial, condensa-se, emblematicamente, nas várias incitações que faz ao príncipe d. Sebastião, cabeça e síntese do corpo inteiro do Reino, para que lance contra o turco uma ofensiva decidida, de modo a dar exemplo aos demais príncipes europeus, que, pouco cristãmente, vão guerreando entre si e permitindo que cresça o poder da *torpe seita de Maфона*”. PÉCORA, Alcir, *op. cit.*, p. 141.

e regular os costumes, com instruções disfarçadas debaixo das Alegorias de uma ação notável, declarada em verso por um modo verossímil, que recreie, e admire.”⁵³

Sintetizando essas e outras preceptivas antigas e modernas, João Adolfo Hansen propõe uma definição modelar da poesia épica:

*De Aristóteles até o século XVIII, o gênero [épico] é doutrinado como discurso longo, quase sempre em verso heroico, o hexâmetro datílico grego e latino, ou na oitava rima italiana de verso decassílabo com as seis primeiras rimas alternadas e as duas últimas emparelhadas (ABABABCC) das línguas vulgares, imitando por modo misto, narrativo e dramático, a ação una, inteira e perfeita, de tipo superior, ilustre ou heroico, metido em guerra histórica ou mítica, real ou fictícia, para a admiração, o prazer e o ensino de virtudes cívico-morais.*⁵⁴

É nesse gênero épico, portanto, que se insere aquele poema setecentista, cujo título (abreviado) é *Viagem*, atribuído ao frei carmelita português Pedro de Santo Eliseu. Isso porque, trata-se de um discurso longo, em língua portuguesa, com 595 oitavas em versos decassílabos (com rimas ABABA-BCC), que imita, no modo narrativo e dramático, a viagem de Belém a Nova Cartagena empreendida, em 1714, pelo herói Pascoal de Lima para restituir às Índias de Castela os espanhóis aprisionados no Estado do Maranhão e Grão-Pará, buscando o poema causar em seus leitores admiração, prazer ou deleite e ensinar-lhes virtudes teológicas e políticas, com vistas à saúde do corpo místico do Reino de Portugal.

O grande modelo poético dessa *Viagem* épica portuguesa composta por Eliseu é, como se pode supor, a epopeia de Camões. *Os lusíadas* são, dessa maneira, constantemente imitados nos versos da *Viagem*, louvando-se, conforme a tópica camoniana, a dilatação da Fé (católica) e do Império (português).⁵⁵ E, no poema de Eliseu, o que mais evidencia o poder da Coroa Portuguesa é justamente a grandiosidade do Rio das Amazonas, ao qual nenhum outro do mundo se compara:

*Primeiro em som cantava ressoante
Do rio a que navegam a grandeza,
Com que nenhum do mundo semelhante
Poderá ser em águas e em riqueza.
Este só de águas soberbo gigante,
A quem muitos reconhecem alteza,
Se aclama por sublime e preeminente
Dos descobertos rios rei potente.*

*A origem de Amazonas celebradas,
Que a este rio dão é improbidade,
Jamais suas ribeiras povoadas
Desta gente se viu na Antiguidade.
A causa porque são assim chamadas
Deste rio as matronas, com verdade,
Foi que os primeiros que cá o descobriram,
Com arco e setas armadas lhe saíram*

*Cantava agora a ninfa: é este rio
Ó Lima, a que navegas, tão grandioso,*

*Que nenhum outro se arma com mais brio,
Nem tem águas que o faça tão undoso.*⁵⁶

Nota-se nesses versos aquilo que se observou na relação de Cristóbal de Acuña: a descrição do Rio das Amazonas é sempre hiperbólica, de modo a fazer saltar aos olhos dos leitores, assombrosamente, a imponência e a maravilha dessas águas, que são assim salientadas para tornar visível e ainda mais magnificente o poderio do Reino que domina tão rico e grandioso rio, ou seja, (neste caso da *Viagem*) o Reino Português, cuja cabeça (e síntese) é o rei:

*Se toda a Europa me ouve entenderá
Quão ufano estará de enriquecido
Senhor de tais vassallos poderosos,
Que o aclamam rei dos rios mais famosos.*⁵⁷

Curiosamente, nega-se naqueles versos da *Viagem* citados mais acima a suposta origem do nome do rio: “A origem de Amazonas celebradas, / Que a este rio dão é improbidade, / Jamais suas ribeiras povoadas / Desta gente se viu na Antiguidade.” Essa “improbidade” talvez se deva ao fato (já exposto neste artigo) de ter sido o mito das amazonas americanas difundido, inicialmente, pelos espanhóis (a partir da viagem de Orellana), “os primeiros que cá o descobriram”. Portanto, trata-se, possivelmente, de uma questão política de disputa por territórios, negando-se a precedência da Coroa Espanhola na conquista do rio, visto que, como se lê em outra oitava da epopeia:

*De Portugal é a nossa grã-conquista,
E por ela devemos muito obrar,
Como aqueles que a fama tanta alista,
Pois nela se quiseram exaltar.
Não importa que o rei esteja à vista,
A memória só basta a despertar,
E o que os nossos passados trabalharam
Pelos reis, que com prêmios os honraram.*⁵⁸

O rei de Portugal é onipresente em todo o Império, inclusive na América Portuguesa, não importando que ele esteja ou não à vista, pois basta sua memória para presentificar sua majestade. Essa onipresença e onipotência do rei tornam-se visíveis nas suas conquistas que, como o grandioso Rio das Amazonas, são claros sinais do poder real e, conseqüentemente, da grandeza do reino. Por isso, no poema épico de Eliseu, descreve-se esse rio de tal maneira que ele se mostre magnífico diante dos olhos dos leitores; descrição essa feita por Angélica, a “primeira” (isto é, a mais importante) das Graças que recebem o “Lima heroico” e seus comandados no Parnaso das Musas (*locus amoenus* à imitação da “ilha dos amores” do canto IX da epopeia camoniana). Depois de apresentá-lo e de compará-lo com os maiores e mais célebres do mundo (nas oitavas 107 a 116), Angélica descreve o Rio das Amazonas desde sua nascente até sua foz, dando conta também, com detalhes, de seus afluentes:

Mas para que melhor te certifique,

⁵⁶ TORRES, Milton, *op. cit.*, p. 158 e 159 (estrofes 107-109).

⁵⁷ *Idem, ibidem*, p. 166 (estrofe 137).

⁵⁸ *Idem, ibidem*, p. 239 (estrofe 430).

⁵⁹ *Idem, ibidem*, p. 161 (estrofe 117).

⁶⁰ HANSEN, João Adolfo. Categorias epidíticas da *ekphrasis*. *Revista USP*, n. 71, set.-nov. 2006, p. 85.

⁶¹ Para exemplificar, cita-se um estudo recente acerca do tema: “Como se sabe, o material historiográfico usado por Camões no seu poema épico já foi recolhido por Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara, Rui de Pina, Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros, e muitas vezes o poeta até teve possibilidades de escolher entre interpretações diferentes de factos históricos, sobretudo quando se trata da época dos Descobrimentos portugueses”. OVTCHARENKO, Olga. A historiografia dos descobrimentos portugueses nos séculos XV-XVI e a sua influência sobre o conceito de história em *Os lusíadas* de Luís de Camões. In: PEREIRA, Seabra e FERRO, Manuel (coord.). *Actas da VI reunião internacional de camonistas*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, p. 355.

⁶² FELIPE, Cleber Vinicius do Amaral. *Itinerários da conquista: uma travessia por mares de papel e tinta* (Portugal, séculos XVI, XVII e XVIII). Tese (Doutorado em História) – IFCH-UNICAMP, Campinas, 2015, p. 6, 10 e 269.

*Lima heroico, deste rio a fereza,
Seu nascimento é bem agora explique
Não com confusa voz, mas com clareza:
O reino do Peru se clarifique
Por pai de tão aquática grandeza,
E a lagoa Lauricoxa donde nasce,
Vindo cá ao Mar do Norte sepultar-se.*⁵⁹

A exposição minuciosa da geografia do rio – que se inicia nessa oitava transcrita, a 117^a do poema, e se estende até a 145^a – compõe, com aquelas apresentação e comparação, a longa e detalhada *descriptio* do Rio das Amazonas. Trata-se, desse modo, de uma *ekphrasis*, técnica retórica explicada por João Adolfo Hansen nos seguintes termos:

*Nos progymnasmata, exercícios preparatórios de oratória escritos por retores gregos entre os séculos I e IV d.C., ekphrasis (de phrazô, “fazer entender”, e ek, “até o fim”) significa “exposição” ou “descrição”, associando-se às técnicas de amplificação de tópicos narrativas, composição de etopeias e exercícios de qualificação de causas deliberativas, judiciais e epidíticas. [...] Nos seus Progymnasmata, Hermógenes a define [...] [como] técnica de produzir enunciados que têm enargeia, apresentando a coisa quase como se o ouvido a visse em detalhe.*⁶⁰

Cuidadosamente descrito na epopeia de Eliseu, com versos que produzem *enargeia* ou *evidentia*, o Rio das Amazonas (“aquática grandeza”) é apresentado como se fosse visto e representa, como memória, a onipresença onipotente do rei português. Construção retórico-poética, portanto, esse rio se forma de história, poesia e política.

O Rio das Amazonas entre história, poesia e política

Gênero histórico e gênero épico se relacionam de diversos modos. No caso específico das letras portuguesas, muitos estudiosos, por exemplo, já apontaram como prováveis fontes históricas de *Os lusíadas* textos de Fernão Lopes, Zurara, Rui de Pina, Castanheda e João de Barros.⁶¹ E, em sua tese, Cleber Vinicius do Amaral Felipe, ao analisar “as peripécias marítimas retratadas em exemplares épicos [particularmente, n’*Os lusíadas* de Camões e no *Naufrágio de Sepúlveda* de Jerônimo de Corte-Real] e relações de naufrágio [especialmente, as da *História trágico-marítima*] que circularam ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII”, conclui que esses “acidentes marítimos devem ser compreendidos a partir de uma concepção providencialista da expansão portuguesa”, pois neles estão supostas, simultaneamente, “a ‘política do céu’ e a ‘política das obras’, isto é, a presença de Deus na história e a existência de homens capazes de obrar conforme Sua vontade”.⁶²

Além disso, e redirecionando o foco para a relação de Cristóbal de Acuña e para a epopeia de Pedro de Santo Eliseu, convém lembrar, como já se fez neste artigo, que, embora não seja uma informação definitiva (pois tudo se apresenta aqui nos campos dos verossímeis da história e da poesia), Eliseu traduziu para a língua portuguesa a *relación* de Acuña, o que indicaria ter sido ela uma possível base histórica do poema épico atribuído ao frade carmelita português. Seja consistente ou não essa suposição, é fato que o relato do padre jesuíta espanhol foi publicado em 1641, constituindo-se como um dos mais importantes escritos ibéricos nos séculos XVII e XVIII



sobre viagens pelo Rio das Amazonas. Por isso, é bastante razoável presumir que a epopeia *Viagem*, composta (em termos verossímeis) por Eliseu e registrada em manuscrito apógrafo datado de 1746, tenha tido como uma de suas prováveis fontes históricas (diretas ou indiretas) a relação acerca do *Nuevo descubrimiento del gran Río de las Amazonas*, escrita por Acuña.

É necessário realçar, entretanto, que essas duas obras, como se demonstrou nos tópicos anteriores deste trabalho, inserem-se em gêneros distintos e foram compostas em tempos diferentes, estando distantes suas composições em mais de um século. Ademais, ainda que ambas sigam preceptivas retóricas e poéticas e tenham propósitos políticos, a relação de Acuña visa aos interesses da Coroa Espanhola de expansão das Índias de Castela sobre o Rio das Amazonas, num tempo (o final da chamada “União Ibérica”) em que se mostrava acentuada a rivalidade entre espanhóis e portugueses; já a epopeia de Eliseu, num outro tempo (o da “paz ibérica”), exalta a Coroa de Portugal, que, justa, decidiu libertar os prisioneiros “castelhanos” e levá-los de volta à América Espanhola, mas deixando claro o poema que a “grã-conquista” do rio – denominado, por improbidade, “das Amazonas” – foi portuguesa.

Apesar dessas diferenças relevantes, os dois textos apresentam semelhantes concepções míticas e místicas do Novo Mundo e teológico-políticas da Igreja e do Reino. Nesse sentido, em primeiro lugar, observa-se que o “novo descobrimento” relatado por Acuña é guiado, entre outras coisas, pela “visão do Paraíso” (empregando-se o termo de Sergio Buarque de Holanda):⁶³ afirma o jesuíta espanhol, por exemplo, que ao Rio das Amazonas, para vencer todos os outros do mundo em felicidade, “solo le falta [...] tener su origen en el Paraíso”.⁶⁴ E a constante abundância de pescados e de caça com que sempre estão carregados os índios que vivem às margens desse rio (quase) paradisíaco e de seus afluentes é “maravilla digna de admiración y que sólo se puede atribuir a la Paternal Providencia de aquel Señor que con solos cinco panes y pocos peces sustentó cinco mil hombres, quedándole el brazo sano y las manos llenas, para mayores liberalidades”.⁶⁵

Na *Viagem épica do “Lima heroico”*, nota-se também uma visão edênica do Novo Mundo, embora, como determina o decoro do gênero, o Lima e seus companheiros de navegação deparem-se – num episódio (já mencionado) que imita a “ilha enamorada” d’*Os lusíadas* – não com o Paraíso cristão, mas com o Parnaso das Musas, que é anunciado em sonho por Tétis ao herói: “Donde a Clóri verá em horto florido, / Aônia selva, em que há de admirar / Das flores labirinto mui tecido, / E porque tudo diga neste caso, / Aqui achará das Musas o Parnaso”.⁶⁶ Nesse *locus amoenus* (paradisíaco) são eles recebidos: os comandados pelas “meigas” ninfas e o herói comandante pelas Graças, “que no belo preferiram / A citerea deusa com respeito, / Ao Lima pela mão logo levaram, / Selva, bosque, jardim e o mais mostraram”.⁶⁷ E é justamente em tal *locus* mítico-edênico que a primeira entre as Graças, Angélica, canta ao Lima, em som grave e ressoante, “do rio a que navegam a grandeza”, sendo esse o grandioso e incomparável Rio das Amazonas, matéria digna de um canto assim épico e angélico.

Outra concepção que permeia tanto a relação de Acuña quanto a epopeia de Eliseu – visto que ambos os textos foram escritos durante aquilo que se convencionou chamar “Antigo Regime” (predominante na maior parte da Europa entre os séculos XVI e XVIII) –⁶⁸ é a teológico-política de *corpus mysticum*, que pode fazer referência seja ao corpo da Igreja, seja ao corpo do Reino. Conforme Ernst H. Kantorowicz:

⁶³ “Na história da conquista da América, o tema das amazonas é geralmente inseparável de outro, não menos popular, e que a seu modo já vislumbrara Colombo em suas viagens de descobrimento. Uma das causas da opinião de Colombo de que o Golfo de Pária era conjunto com o Éden, ao lado da que se prendia à sua própria situação geográfica (pois cuidava que toda aquela área se achava no extremo ponto do extremo oriente, onde se levantara o Sol no dia da Criação); dos bons ares e temperados, ainda que vizinhos da equinocial; das águas doces, aprazíveis e salutíferas; do jardim natural que formava em muitas partes a vegetação; do rio de quatro bocas (pois tantas divisara ali a gente da caravela *El Correo*, mandada a reconhecê-lo) idêntico ao que, saído do Paraíso Terrestre, também se dividia em quatro cabeças, encontrava-se justamente nos sinais de abundantíssimas riquezas que lá se mostravam”. HOLLANDA, Sergio Buarque, *op. cit.*, p. 37.

⁶⁴ ACUÑA, Cristóbal de, *op. cit.*, p. 74.

⁶⁵ *Idem, ibidem*, p. 92.

⁶⁶ TORRES, Milton, *op. cit.*, p. 151 (estrofe 79).

⁶⁷ *Idem, ibidem*, p. 157 (estrofe 104).

⁶⁸ Como elucida William Doyle, “o Antigo Regime – *Ancien Régime* – foi uma criação da Revolução Francesa. Era o que os revolucionários pensavam estar destruindo em 1789 e nos anos a seguir. Antes daquele momentoso ano, ninguém pensava em si mesmo como vivendo sob algo chamado Antigo Regime. *Ancien* significa, mais precisamente, ‘antigo’, antes do que ‘velho’; e não pode haver um regime antigo antes que haja um regime novo. [...] A primeira vez em que se utilizou a expressão *Antigo Regime* parece ter sido em 1788; quem o fez foi um nobre panfletário, ao prenunciar as glórias de um novo regime que haveria de erguer-se em torno dos Estados-Gerais”. DOYLE, William. *O Antigo Regime*. São Paulo: Ática, 1991, p. 9. A essa observação fundamental, deve-se acrescentar o fato de que o uso da expressão em estudos científico-acadêmicos cristalizou-se somente a partir de 1856, com a publicação da obra de Alexis de Tocqueville: *L’Ancien Régime et la Révolution Française*. Cf. *Idem, ibidem*, p. 20.

⁶⁹ KANTOROWICZ, Ernst H. *The king's two bodies: a study in medieval political theology*. Princeton: Princeton University Press, 2016, p. 209.

⁷⁰ *Idem, ibidem*, p. 210.

⁷¹ Cf. *De legibus*, III, 2, 4.

⁷² PÉCORA, Alcir. Vieira, o índio e o corpo místico. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 458.

⁷³ LUZ, Guilherme Amaral. *Flores do desengano: poética do poder na América portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Editora Fap-Unifesp, 2013, p. 69.

⁷⁴ PÉCORA, Alcir. Políticas do corpo místico. In: MERONI, Fabrizio (org.). *Vida e cultura em nossas terras: o CCFC na Amazônia*. Belém: Centro de Cultura e Formação Cristã, 2010, p. 208.

⁷⁵ ACUÑA, Cristóbal de, *op. cit.*, p. 60.

*The notion of corpus mysticum signified, in the first place, the totality of Christian society in its organological aspects: a body composed of head and members. This interpretation remained valid throughout the later Middle Ages until early modern times, even after the notion had been applied, by transference, to smaller groups of society. In addition, however, corpus mysticum acquired certain legal connotations; it acquired a corporational character signifying a "fictitious" or "juristic" person.*⁶⁹

Como ainda esclarece o mesmo autor, a noção específica de "corpo político" consolidou-se e difundiu-se a partir do século XIII, quando, em decorrência da "redescoberta de Aristóteles" (*revival of Aristotle*), àquela concepção inicialmente teológica de "corpo místico" fundiram-se as doutrinas aristotélicas.⁷⁰

Em particular, no que concerne às letras ibéricas seiscentistas e setecentistas, essa noção teológico-política repercute, entre fins do século XVI e início do XVII, em tratados políticos e jurídicos, sendo um dos mais importantes o *De legibus*, do jesuíta espanhol Francisco Suárez. Como resume Alcir Pécora, Suárez, nesse tratado,⁷¹

*distingue uma "multidão de homens", enquanto "agregado qualquer sem nenhuma ordem ou união física ou moral", de um "corpo místico" justamente na medida em que este, "mediante uma vontade especial ou de comum acordo" reúne estes homens "em um corpo político, por meio de um vínculo social para se ajudarem mutuamente em ordem a um único fim político".*⁷²

A epopeia latina do século XVI *De gestis Mendi de Saa*, atribuída (com muitas incertezas) a José de Anchieta, é um bom exemplo do funcionamento desse corpo místico-político na poesia épica. De acordo com Guilherme Amaral Luz, esse poema "reafirma o compromisso da Companhia de Jesus com o projeto político de um Estado católico que se lança à colonização da América [e] legitima as ações do governador [Mem de Sá] como ajuizadas e prudentes".⁷³ No sermão do Padre Antônio Vieira, segundo Pécora, também se observam as "políticas do corpo místico", associando-se "a noção teológica tradicional da 'união mística' entre o cristão e Deus com a ideia de 'concordia' e união do corpo social e político do Estado".⁷⁴

Na relação do jesuíta espanhol Cristóbal de Acuña, como se sabe, o "novo descobrimento" do grande Rio das Amazonas teve como capitão-mor o explorador português Pedro Teixeira. Contudo, Acuña, ao expor o *ethos* desse capitão português, enfatiza que ele foi nomeado como *cabeza y caudillo de todos* pelo rei da Espanha, Felipe IV, servindo exemplarmente à Coroa Espanhola:

*Para esta empresa nombró por cabeza y caudillo de todos a Pedro Teixeira, capitán por Su Majestad de los descubrimientos, persona a quien el cielo sin duda tenía escogida para esta ocasión, pues sólo su prudencia y sus obligaciones pudieran acabar lo que él trabajó e hizo, en servicio de su rey en esta jornada, no sólo con gastos y pérdidas de su hacienda, sino también con mucho dispendio de su salud, si bien nada de esto es cosa nueva en quien por tantos años que ha que sirve a su Majestad nunca ha granjeado otros intereses que dar honrada cuenta de todo lo que se le ha encargado, que ha sido mucho, y en ocasiones de no poca importancia.*⁷⁵

À época dessa expedição, já que eram tempos de "União Ibérica", Felipe IV era rei da Espanha e de Portugal. Porém, a viagem se deu num

momento muito próximo da, como ficou conhecida, “Guerra da Restauração” (que ocorreu a partir de 1640), sendo, portanto, manifesta a rivalidade entre espanhóis e portugueses, ainda mais tendo em vista a antiga e acirrada disputa por aqueles territórios banhados pelo Rio das Amazonas e seus afluentes, isto é, se se tratavam de territórios que pertenciam às Índias de Castela ou à América Portuguesa. Nesse trecho citado do relato de Acuña, então, fica evidente o efeito de concórdia: o rei Felipe IV, sendo cabeça e caudilho de todo o corpo social e político do Estado, nomeou, como seu representante na viagem do novo descobrimento do Rio das Amazonas, Pedro Teixeira que, por isso, foi “cabeça e caudilho de todos” na expedição, tornando-se visíveis, desse modo, a presença e a autoridade reais. Esse efeito de concórdia não se dá apenas entre espanhóis e portugueses, mas harmoniza ainda o *corpus mysticum* da Igreja com os propósitos políticos da Coroa Espanhola, ao afirmar Acuña que, da mesma forma que fez o rei, o céu também teria escolhido, sem dúvida, Pedro Teixeira como “capitão dos descobrimentos”.

Na epopeia *Viagem* de Pedro de Santo Eliseu, ainda que, como já se salientou, os tempos fossem outros, observa-se igualmente o funcionamento da concepção teológico-política do corpo místico do Reino (neste caso, o Reino de Portugal). A concórdia entre os membros do corpo do Estado é poeticamente produzida a fim de preservar a saúde do todo. Nesse sentido, no argumento do poema, a ordem hierárquica já se mostra bem definida: foi o rei D. João V – ou seja, a cabeça do corpo político – que mandou realizar, por meio do governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Grão-Pará, Cristóvão da Costa Freire (“Senhor de Pancas”), a viagem comandada pelo sargento-mor Pascoal de Lima, em 1714, de Belém a Nova Cartagena. Logo, evidencia-se que rei, governador e sargento-mor concordam perfeitamente entre si, exercendo, de maneira exemplar, cada membro sua função para a saúde do corpo político e para a expansão da Fé Católica e do Império Português. Daí ser possível sintetizar o encômio ao governador e general Costa Freire, feito pela *persona* épica que narra o poema, como concórdia entre o amor a Deus e o amor ao bem comum do Estado:

*Assim, com eleição mui singular,
Tem o rei em conselho decretado
Que nesta parte se há de conservar
Quem ame a Deus e ao bem comum do Estado;
Pois donde se o buscassem se há de achar
General mais benévolo e dotado
De prendas, e no amor de Deus perfeito,
Que o que hoje nos governa, sem defeito.*⁷⁶

O rei D. João V escolheu o general Costa Freire para viabilizar a expedição, porque esse governador “sem defeito” do Maranhão e Grão-Pará, amando a Deus e o bem comum, representa a necessária união político-amorosa entre Igreja e Estado. Essa eleição “mui singular” feita pelo rei gerou outra, igualmente perfeita, por parte do governador: “Eleição digna de um grande talento / Se do céu decretada há muito vinha”. E assim foi eleito, por decreto real e divino, o sargento-mor Pascoal de Lima, que comandou a expedição com decoro e excelência: “O Lima se portou como convinha, / Os presos conduzindo com lealdade, / Tratando-os com amor e

⁷⁶ TORRES, Milton, *op. cit.*, p. 136 (estrofe 20).

⁷⁷ *Idem, ibidem*, p. 191 (estrofe 237).

⁷⁸ *Idem, ibidem*, p. 256 (estrofe 497).

caridade”.⁷⁷ No heroico Lima reúnem-se duas virtudes fundamentais para que haja a concórdia: o amor e a caridade. Se o rei é cabeça e síntese do corpo do Reino, ele está em todos os seus membros e as virtudes do Lima são as da Coroa Portuguesa que, por amor e caridade, decidiu libertar os prisioneiros espanhóis e restituí-los às Índias de Castela. Essa paz ibérica é política e católica, reflexo da mais importante comunhão, aquela entre os homens e Cristo:

*Vendo porém que ao Pai há de partir-se,
E dos homens não deseja apartar-se,
Quis em sacramento instituir-se,
Por partir e com eles cá ficar-se.
E nesta forma quis conosco unir-se,
Porque até o fim não pretende ausentar-se.
Oh milagre maior, mais elevado,
Que por máximo a Igreja há decantado.*⁷⁸

A eucaristia, o principal dos sacramentos, é a máxima concórdia, *exemplum* por excelência para a união mística do corpo político. Guiadas por esse modelo sacramental, história, poesia e política formam, na relação de Acuña e na epopeia de Eliseu, um só corpo, cujas partes distintas se reúnem, enfim, sobre um imaginado Rio das Amazonas e em busca do Paraíso nunca descoberto.

Artigo recebido e aprovado em janeiro de 2019.

